

Actas do 13º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde

Organizado por Henrique Pereira, Samuel Monteiro, Graça Esgalhado, Ana Cunha, & Isabel Leal
30 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2020, Covilhã: Faculdade de Ciências da Saúde

SER ESTUDANTE CEGO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UM ESTUDO COMPREENSIVO DESSA EXPERIÊNCIA

Sandra Souza¹ (✉ sandra.souza_psi@yahoo.com.br), Anderson Barbosa de Queiroz¹,
Marísia Oliveira da Silva¹, & Hammina Rebecca Siqueira Nunes¹

¹Universidade Federal de Paraíba, Brasil

Tem crescido consideravelmente o número de alunos no ensino superior com necessidades educacionais especiais as mais diversas, como é o caso de alunos cegos. Contudo, apesar desse crescimento, importa questionar até que ponto existe um acolhimento e acompanhamento para essa demanda. E mais ainda, como tem ocorrido o processo de inclusão dos alunos cegos nas universidades e sua repercussão na saúde mental dessa população?

A discussão da inclusão desses alunos no ensino superior passa pela problematização da necessidade de criação de suportes institucionais, para que possam se adaptar as suas necessidades. Essa questão tem sido amplamente mencionada na literatura, havendo recorrentemente a queixa sobre a falta de preparo das universidades para lidar com as especificidades destes alunos (Barbosa, Gomes, Costa & Coimbra, 2015; Mazzoni, Torres & Andrade, 2001; Selau & Damiani, 2016; Uliana & Mól, 2017).

Neste ponto, diversos autores têm mencionado a necessidade que os próprios alunos cegos sejam ouvidos para elaboração de mudanças dentro das instituições (Casarin & Oliveira, 2008; Pansanato, Silva & Rodrigues, 2012). É somente através dessa escuta que se pode elaborar propostas que estejam relacionadas às reais necessidades desse grupo de alunos (Alexandrino, Souza, Bianchi, Macuch & Bertolini, 2017).

Uliana e Mól (2017) realizaram uma pesquisa de revisão de teses sobre a inclusão de alunos cegos no processo educacional, observando que os estudos desta temática estão sendo realizados principalmente na região sudeste do Brasil. Isso evidencia a necessidade de mais pesquisas nas

demais regiões com o objetivo de conhecer quais têm sido as especificidades relacionadas à inclusão destes alunos no ensino superior nesses contextos.

Barbosa et al. (2015) realizaram um estudo qualitativo com três estudantes universitários cegos. Ao questionarem os alunos sobre o que seria inclusão, identificaram que dois, dentre os três, responderam com ênfase na ideia de adaptação. Ou seja, os próprios cegos consideraram que são eles que têm de se ajustar à sociedade, e não que cabe à sociedade se modificar para lidar com as demandas dos cegos e de todos aqueles que são diferentes e que não se enquadram na dita “normalidade”.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer a experiência do estudante cego na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir da fala dos próprios alunos cegos, dando espaço à expressão do seu vivido.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico; tal pesquisa busca acessar o vivido nos depoimentos dos participantes, para que possa identificar os sentidos presentes nas descrições de suas experiências (Andrade & Holanda, 2010).

Participantes

Participaram do estudo cinco estudantes cegos da UFPB. A amostra foi formada a partir do conhecimento do segundo autor, que também é cego, e da acessibilidade aos participantes. Foram critérios de inclusão: apresentar a deficiência visual grave ou cegueira por quaisquer motivos (congenita ou adquirida) e de exclusão: recusa a participar do estudo ou desistência de continuar a participar. Para garantir o anonimato e sigilo nas respostas, os nomes apresentados nos resultados são fictícios.

Material

Foi utilizada a entrevista semi-estruturada como instrumento de acesso à experiência em que os participantes deram um depoimento do seu vivido

a partir de uma pergunta disparadora: O que é inclusão e como tem sido a experiência para você?

Dessa forma, foi utilizado como instrumento metodológico a narrativa, a qual tem a finalidade de possibilitar a reconstrução de experiências de vida, a partir do discurso dos entrevistados (Dutra, 2002). Utilizaram-se as etapas propostas do Flick (2009) para coleta dos dados: (1) Inicia-se com a pergunta geradora e o entrevistador se coloca como ouvinte ativo, sem intervir no fluxo da fala do entrevistado; (2) O entrevistado sinaliza que sua narrativa terminou e o entrevistador poderá interagir com o entrevistado procurando esclarecer pontos obscuros e aprofundar temáticas importantes que não foram exploradas; (3) Por fim, a entrevista é concluída, podendo ser trazidas questões teóricas para discussão e melhor enquadramento da temática trabalhada.

Procedimento

Para a coleta dos dados, inicialmente, foi feito o contato com a coordenadora do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) para caracterização do campo de estudo, buscando conhecer quais as medidas que vêm sendo desenvolvidas pela UFPB para incluir os alunos cegos. Juntamente à coordenadora, foram solicitados os contatos de alunos cegos que são assistidos pelo CIA. Após isso, eles foram contatados e informados dos objetivos da pesquisa e, caso aceitassem, foi marcada uma data para realização da entrevista individualmente.

Os depoimentos foram gravados, transcritos, comentados e interpretados pelo pesquisador à luz da experiência contada pelo entrevistado e a partir dos significados construídos na relação estabelecida durante a entrevista. Após a construção dos sentidos pelo pesquisador, as narrativas foram devolvidas aos entrevistados, visando confirmar se os sentidos desenvolvidos condiziam com a experiência descrita.

RESULTADOS

Os resultados aqui descritos e discutidos serão elencados por tópicos que apareceram como núcleo de sentidos ao longo da análise das narrativas, quais sejam: (1) Inclusão; (2) As relações e os vínculos sociais

educativos estabelecidos; (3) Relacionamento com os professores; (4) Professores despreparados; (5) Metodologia de ensino; (6) Aspectos positivos na experiência de inclusão na UFPB.

Foi possível perceber que alguns pontos foram bastante mencionados pelos entrevistados, como, a *inclusão*. Esta temática ainda traz muitas dúvidas e dissonâncias no discurso dos entrevistados. Barbosa *et al.* (2015), após realização de uma pesquisa com três estudantes universitários, chegaram à conclusão de que os próprios cegos ainda acreditam que são eles que têm de se ajustar à sociedade e não cabe à sociedade se modificar para integrar as necessidades deles.

Rebeca entende que a inclusão é:

Adaptar uma pessoa, fazendo com que esta pessoa esteja integrada na sociedade, entendo por incluir fazer com que as especificidades, as particularidades das pessoas, das múltiplas características sejam respeitadas, as possibilidades de suas potencialidades serem desenvolvidas dentro de suas especificidades.

Com base na fala da entrevistada, percebemos que o tema da inclusão ainda acarreta alguns questionamentos, de forma que seja confundida ora com a necessidade da pessoa cega de se adaptar ao contexto que está inserida, ora do meio respeitar as demandas e múltiplas características dessa pessoa e as potencialidades do seu desenvolvimento.

Barbosa *et al.* (2015) e Pansanato *et al.* (2012) consideram o processo de inclusão como suporte para a criação de oportunidades e de condições igualitárias para todos, ou seja, se refere às mudanças necessárias que têm de ocorrer no âmbito social para que as pessoas com necessidades especiais possam assumir seus papéis de direito. Dessa forma, entende-se a mudança desfocando da pessoa com deficiência para a sociedade, modificando o que é visto como normal, para se adequar às necessidades desses sujeitos.

Outro aspecto importante no discurso dos entrevistados diz respeito às *relações desenvolvidas e os vínculos sociais e educativos estabelecidos*. Alexandrino *et al.* (2017) entendem a entrada no ensino superior como impulsionador de modificações significativas, influenciando na forma com que este indivíduo se relaciona com pais e amigos, possibilitando maior autonomia pessoal.

João nos alerta sobre como esse relacionamento interpessoal é necessário:

Bom, de uma forma geral, os meus colegas são todos muitos atentos, me dou muito bem com todos, mas ainda faltam muitos conhecimentos destes com as necessidades do deficiente, não só no aspecto de sensibilidade como é feito a aprendizagem [...] por sorte eu sou uma pessoa bastante eloquente, me dou muito bem com muitos dos meus colegas, posso contar muito com afeto e ter, de certa forma, uma proximidade com muitos destes colegas, mas não todos como deveria ser.

Percebemos o quanto a relação com os colegas no ambiente acadêmico é importante, porém ainda há queixas de que é preciso que se percebam as necessidades do cego. Questionamos se o apoio social entre os envolvidos nas ações inclusivas pode ser um processo facilitador na promoção de saúde mental desses estudantes cegos. Silva e Heleno (2012), ao avaliarem a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo de estudantes universitários, verificaram a importância de se pensar em ações objetivando a prevenção e a promoção da saúde, na ampliação das políticas de assistência ao estudante para refletir na sua qualidade de vida.

Ainda sobre as relações, observa-se que a receptividade e o relacionamento com os professores são responsáveis por um ambiente propício à aprendizagem e para desenvolvimento de trabalhos e atividades, o que torna possível um crescimento saudável e um processo de permanência do aluno na universidade com qualidade e não um processo excludente, como afirmam Reis, Eufrásio e Bazon (2010) e Rocha e Miranda (2009).

A discussão sobre a necessidade de formação dos professores para lidar com a questão da deficiência no ensino superior é ampla (Barbosa *et al.*, 2015; Reis *et al.*, 2010; Santos & Mendonça, 2015) e as pesquisas com alunos cegos têm evidenciado problemas na relação professor-aluno.

Amanda reclama sobre o desinteresse dos professores em auxiliar esses alunos:

Outra complicação que eu venho reparando é a falta de importância para os professores, pois tem os apoiadores que descrevem tudo, mas às vezes os professores mandam vídeos e dizem: “Gente quem quiser esse vídeo eu posso passar um dia”, mas eu não vou estar com a descrição do vídeo todinho na cabeça,

o ideal seria que eles buscassem tentar, mas eles não pensam, entendem que se tem um apoiador ali sentando, pode escrever sobre o vídeo, mas se o aluno precisar de assistir vídeo seria interessante ele saber se tem com áudio de descrição ou não, para pelo menos tentar ajudar nesse aspecto.

Na mesma direção, João completa, queixando-se do *despreparo dos professores*:

São muitos os professores que não sabem trabalhar com deficientes e também não têm interesse algum em aprender, pois sair da sua zona de conforto não é algo interessante para muitos destes, então, em razão disso acaba dificultando bastante o processo de aprendizagem.

Nas narrativas supracitadas, observamos o quanto ainda se tem a percepção de que são os cegos que precisam se adaptar ao mundo dos “normais”. Como relata Amanda, os apoiadores ficam como o fim em si mesmo e não um meio para se chegar mais perto dos alunos cegos. O sentimento de indiferença que os alunos cegos sentem vindo dos professores se torna evidente quando João afirma: “são muitos os professores que não sabem trabalhar com deficientes e também não têm interesse algum em aprender”.

Alexandrino et al. (2017), Barbosa et al. (2015) e Selau e Damiani (2016) nos informam que as principais queixas se centram na falta de preparo pedagógico (Silva, Souza, Prado, Ribeiro, Lia, & Carvalho, 2012) e de conhecimento dos professores sobre as necessidades de cada cego. Além do que, em uma sala com alunos videntes e cegos, duas posturas tradicionais são tomadas: ou se centra no aluno cego ou nos demais alunos videntes (Casarin & Oliveira, 2008). Como os cegos são minoria, eles são prejudicados. É o que sinaliza Amanda:

É importante que em todas as formações profissionais, eles pudessem sempre ter uma área que ensinasse como lidar com o deficiente. Como se integrar com os deficientes que tem curso de libras, curso de *Braille* principalmente na formação dos professores, porque chegam em sala e dizem “eu nunca tive experiência, eu não sei como lidar.

Essa é uma questão que Mazzoni et al. (2001) e Rocha e Miranda (2009) têm debatido sobre a necessidade de uma política institucional que

possa identificar os alunos com necessidades educacionais e suas necessidades especiais de aprendizagem, além da capacitação de professores e demais servidores como um importante fator para a inclusão.

Com relação à *metodologia de ensino*, Rebeca fala de sua experiência:

Muitos professores ainda têm metodologias muito arcaicas e que ainda se limitam nesse sentido, não estão abertos a essa nova realidade que é ter um aluno com necessidades especiais dentro da sala de aula e que muitas vezes dificultam e muito a apropriação de conhecimento por parte destes alunos [...] quanto aos materiais disponibilizados, ainda existem algumas limitações, muitas vezes os professores não disponibilizam materiais que sejam acessíveis ou em PDF's legíveis.

Verificamos que os relatos observados nas pesquisas evidenciam que mesmo com o advento das novas tecnologias, os professores têm se negado a mudarem suas práticas pedagógicas para se adequarem às demandas de aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, com isso, os alunos cegos desafiam a maneira tradicional dos professores darem aula (Santos & Mendonça, 2015).

Importa destacar que os entrevistados também evidenciaram *aspectos positivos* no processo de inclusão na UFPB, como é possível ver nos exemplos a seguir. Raquel exemplifica:

Existem ainda grandes barreiras e grandes obstáculos a serem ultrapassados, barreiras atitudinais que muitas vezes a gente passa, mas que eu acredito que a UFPB caminha muito bem em relação à inclusão, ela busca incluir as pessoas, em especial as pessoas com deficiência, e particularmente a mim que sou cega, eu vivencio essa realidade, sou do interior e confesso que é uma realidade completamente nova pra mim, eu nunca havia enxergado o mundo desta forma como é aqui na UFPB.

Interessante observar na narrativa de Raquel que a maior dificuldade até agora parece ser as barreiras atitudinais, o que envolve mais a pessoa em relação com o outro do que propriamente o universo físico de apoio aos alunos cegos.

Em resumo, embora a literatura (Reis et al., 2010; Rocha & Miranda, 2009) aponte que, por mais que o acesso seja garantido por bases legais e não seja cumprido, na experiência dos entrevistados, esse quadro já possui uma melhora no contexto da UFPB, o que pode ser observado também

quando se fala em ferramentas para a inclusão do aluno cego em sala de aula que, segundo Uliana e Mól (2017), tem sido resultado de avanços da tecnologia da informação.

DISCUSSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a experiência de alunos cegos na UFPB a partir de seus depoimentos, dando espaço à expressão do seu vivido. Diante do exposto, considerou-se que a pesquisa alcançou o seu objetivo e pode explorar e discutir a respeito da experiência do aluno cego no ensino superior, embora não tenha esgotado o tema.

Constata-se, contudo, que o ensino superior ainda apresenta muitas falhas quando é levada em consideração a inclusão do aluno deficiente no Brasil, tendo em vista que ainda é muito evidente a falta de apoio institucional para solucionar as dificuldades decorrentes especialmente do aspecto relacional, como, a falta de preparo dos profissionais docentes para lidar com esse aluno; a metodologia arcaica que privilegia o aluno vidente e dificulta o processo de aprendizagem do aluno cego e a importância do vínculo gerado entre os estudantes e até mesmo com os docentes.

A partir desse estudo exploratório, sugerem-se novas pesquisas para ampliar cada vez mais o processo de compreensão de inclusão desses alunos no ensino superior, bem como a necessidade de também dar voz aos outros atores, que fazem parte desse processo de inclusão, como, os apoiadores de um modo geral e os órgãos envolvidos na inclusão como NEDESP e CIA da UFPB, objetivando averiguar o fenômeno da inclusão nos diversos níveis de sua atuação. Verificamos, também, a necessidade de melhor formação dos docentes e de políticas de inclusão com vistas à promoção da saúde mental dos alunos cegos, relação esta pouco explorada.

REFERÊNCIAS

- Alexandrino, E. G., Souza, D., Bianchi, A. B., Macuch, M., & Bertolini, S. M. M. G. (2017). Desafio dos alunos com deficiência visual no ensino superior: Um relato de experiência. *Revista do departamento de Educação Física e saúde*, 2(1), 1-7.

- Andrade, C. C., & Holanda, A. F. (2010). Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, 27(2), 259-268.
- Barbosa, E. S., Gomes, L. A. X., Costa, J. S., & Coimbra, R. M. (2015). Aspectos legais e inclusivos de alunos com deficiência visual no ensino superior. *Revista Isepro*, 1(1), 33-48.
- Casarin, R. G., & Oliveira, M. A. D. (2008). Incluir ou excluir: A educação para o aluno com necessidades especiais chega ao ensino superior. *Travessias – Pesquisa em Educação, Cultura, Linguagem e Arte*, 2(1), 1-19.
- Dutra, E. (2002). A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de psicologia*, 7(2), 371-378.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995).
- Mazzoni, A. A., Torres, E. F., & Andrade, J. M. B. (2001). Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. *Acta Scientiarum, Maringá*, 23(1), 121-126.
- Pansanato, L. T. E., Silva, C. E., & Rodrigues, L. (2012). Uma experiência de inclusão de estudante cego na educação superior em computação. In *XX Workshop sobre Educação em Computação*. Cornélio Procópio, PR: UTFPR.
- Reis, M. X., Eufrásio, D. A., & Bazon, F. V. M. (2010). A formação do professor para o ensino superior: Prática docente com alunos com deficiência visual. *Educação em Revista*, 26(1), 111-130. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100006>
- Rocha, T. B., & Miranda, T. G. (2009). Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Educação Especial*, 22(34), 197-212.
- Santos, R. A., & Mendonça, S. R. D. (2015). Universitários cegos: A visão dos alunos e a (falta de visão) dos professores. *Revista e-Curriculum*, 13(4), 888-907.
- Seleu, B., & Damiani, M. F. (2016). A conclusão da educação superior por cegos e a psicologia de Vygotski: A ponta do iceberg. *Perspectiva*, 34(3), 861-879.
- Silva, E. C., & Heleno, M. G. V. (2012). Qualidade de vida e bem-estar subjetivo de estudantes universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, 4(1), 69-76.
- Silva, H. M., Souza, S. M. C., Prado, F., Ribeiro, A. L., Lia, C., & Carvalho, R. L. (2012). A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, 10(2), 332-342. doi: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrv.2012.102.332342>

Uliana, M. R., & Mól, G. S. (2017) O processo educacional de estudante com deficiência visual: Uma análise dos estudos de teses na temática. *Revista educação especial*, 30(57), 145-162.